

A JUVENTUDE COMUNISTA DO BRASIL NA ERA DA INTERNACIONAL COMUNISTA¹

The Communist Youth of Brazil in the Communist International era

Dainis KAREPOVS²

RESUMO

Criada em agosto de 1927, a Juventude Comunista do Brasil teve uma curta trajetória até 1937, quando foi transformada em um apêndice do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCB), em razão de seu suposto radicalismo. Este artigo propõe-se, com documentos oriundos dos arquivos da Internacional Comunista, em Moscou, a discutir a trajetória desta organização.

Palavras-chave: Comunismo (Brasil); Federação da Juventude Comunista do Brasil; Internacional da Juventude Comunista; Internacional Comunista.

ABSTRACT

Create in august 1927, the Brazilian Communist Youth had a short trajectory until 1937, when he was transformed in a appendix of the Central Committee of the Brazilian Communist Party, because his alleged radicalism. This article aims, with documents of the Rossiiskii Gosudarstvennii Arkhiv Sotsialnoi i Politicheskoi Issledovanii – RGASPI, discuss the trajectory of this organisation.

Keywords: Communism (Brazil); Young Communist League of Brazil; Young Communist International; Communist International.

A Juventude Comunista é frequentemente considerada como um acessório do Partido Comunista ou como uma instância de recrutamento ou, ainda, uma

entidade voltada para a formação de quadros. Se, por um lado, tais visões não são de todo incorretas, por outro não é possível desconsiderar suas

¹ Este texto é resultado parcial de pesquisas realizadas pelo autor em seu pós-doutorado e que foram apresentadas na IV Jornada de História do Trabalho do GT Mundos do Trabalho da ANPUH e no XIX Encontro Regional da ANPUH-SP, ambos ocorridos em 2008.

² Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo e pesquisador colaborador do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. dakar@uol.com.br

especificidades, cujo exame permite um melhor conhecimento da atuação e da importância dos comunistas em terras brasileiras. À exceção de dois livros de memórias (BASBAUM;1976, MARTINS, 1994), que traçam um panorama um pouco mais detalhado da Juventude Comunista do Brasil, a atuação desta organização recebeu apenas relatos episódicos e localizados, seja em estudos ou nas memórias de antigos militantes. Mas a abertura dos arquivos das polícias políticas estaduais e disponibilidade da documentação referente ao PCB existente nos arquivos da Internacional Comunista em Moscou permitem que se possa deter nosso olhar com mais vagar na Juventude Comunista do Brasil.

No entanto, dada a precariedade de estudos no Brasil sobre a constituição das organizações políticas de juventude, se faz necessário um breve retrospecto dessa formação para evidenciarmos qual herança os jovens comunistas brasileiros receberam quando se constituíram nos anos 1920.

As primeiras formas de organização dos jovens passavam pelas fronteiras da religião ou, então, isto já no início do século XX, por movimentos de aparência não-política, como o dos escoteiros. Foram os socialistas, na segunda metade do século XIX, que lhe deram caráter político-partidário. O aparecimento das primeiras organizações juvenis socialistas ocorreu na Europa Ocidental. Elas são, de modo geral, produto da conjugação de três fatores que atingiam os jovens trabalhadores de então:

1 – Condições opressivas de trabalho, que dificultavam a busca da melhoria de suas condições materiais;

2 – Busca de melhores oportunidades de educação; e

3 – O serviço militar compulsório, introduzido em muitos países após a Guerra Franco-Alemã de 1870.

Foi este último aspecto, em especial, que teve peso determinante no surgimento da primeira organização socialista juvenil, a “Jovem Guarda” (La Jeune Garde / De Jonge Wacht), em Gant, na Bélgica em 1886. Autônoma, porém “adjunta” ao Partido Socialista Belga, a “Jovem Guarda” era integrada por jovens trabalhadores entre 15 e 21 anos de idade. A

propaganda antimilitarista da “Jovem Guarda”, que enfatizava a abolição de certos mecanismos de convocação e a redução do tempo de serviço militar, provocou um crescimento no número de adesões e no poder de mobilização, obtendo várias reformas no Exército belga e a diminuição do tempo de serviço militar.

A partir daí surgiram organizações juvenis nacionais na Áustria (1894), Suécia (1895), Suíça (1900), Itália (1901), Noruega (1902), Espanha (1903), Sul da Alemanha (1904), Áustria (1904), Norte da Alemanha (1904-1905), Hungria (1905), Dinamarca (1905), Alemanha (1906), Espanha (1906) e Finlândia (1906) (INTERNACIONAL, [1929], p. 5-6). Algumas delas foram criadas com a ênfase antimilitarista, outras sob o influxo da luta pela melhoria das péssimas condições de trabalho dos aprendizes e jovens trabalhadores. Apesar de tais diferenciações em sua origem, as organizações juvenis socialdemocratas tomaram, de modo geral, uma forma organizativa independente de seus partidos nacionais e eram vistas como redutos de radicalização política.

Fundada em Paris no ano de 1889, a II Internacional ou Internacional Socialista (IS) somente estruturou sua organização internacional de entidades juvenis em agosto de 1907, em Conferência realizada em Stuttgart, na Alemanha, reunindo 22 delegados de 13 países, na qual se criou a União Internacional das Organizações Juvenis Socialistas. Nessa conferência definiu-se que as organizações juvenis deveriam orientar-se prioritariamente para a educação dos jovens trabalhadores nos princípios do socialismo e da luta de classes. A educação socialista deveria ser de responsabilidade das organizações juvenis, as quais, todavia, permaneceriam ligadas aos seus respectivos partidos. A seguir, entre as metas estabelecidas na Conferência de Stuttgart, vinham a propaganda antimilitarista e a luta pelas melhorias das condições de vida e de trabalho dos jovens trabalhadores. A Conferência elegeu um secretariado internacional, e sua sede ficaria em Viena. Na verdade, como o definiria posteriormente um contemporâneo, tal secretariado não passou de uma “caixa postal” para troca de correspondência e informações, fazendo com que as resoluções de Stuttgart acabassem apenas como um punhado de boas intenções sem resultados práticos.

Seus membros, oriundos de diversos países, não tinham condições de deslocar-se com facilidade, além de produzirem um boletim irregular e de não terem conseguido estabelecer um relacionamento mais definido com o Secretariado Internacional da IS, o que acabou dificultando seu funcionamento.

Nesse quadro, de modo generalizado nas seções da IS, percorria um elemento de constante tensão: a independência das organizações juvenis frente aos seus partidos em confronto com a tendência do exercício de um controle cerrado por parte das direções dos partidos socialistas sobre as organizações juvenis. Ao mesmo tempo formou-se uma importante distinção entre as organizações juvenis socialistas: de um lado estavam as que acreditavam que as atividades dos jovens deveriam centrar-se na cena política, em especial as organizações da Suécia, Itália, Suíça, Noruega e Dinamarca. De outro, particularmente as organizações da Alemanha, Áustria e Bélgica, estavam aquelas que enxergavam que o foco deveria restringir-se à formação e à proteção econômica. A resolução de tal impasse foi sendo postergada e o desencadeamento da I Guerra Mundial o deixou sem solução no âmbito das fileiras da IS, que, nesta época, tinham mais de 300.000 militantes filiados a suas organizações juvenis.

O desencadeamento da I Guerra Mundial fez com que rapidamente fossem postas no esquecimento solenes decisões tomadas em congressos que prometiam engajar os partidos socialdemocratas em insurreições contra a guerra. A esmagadora maioria dos partidos socialistas dos países beligerantes rapidamente mudou tais posicionamentos em ações em favor da união sagrada pela guerra. O resultado foi o esfacelamento da IS e da União Internacional das Organizações Juvenis Socialistas em, grosso modo, três tendências: uma ala direita, que sustentava os esforços de guerra de seus respectivos países e que era francamente majoritária nos partidos socialistas nos países beligerantes, exceto na Itália e na Rússia; um centro pacifista que se opunha à guerra, mas que buscava a unidade dentro do movimento socialista; e uma esquerda, também hostil à guerra, mas decidida a transformá-la em guerra revolucionária e disposta a criar uma nova organização internacional. Unidas na oposição antiguerreira, o centro e a esquerda socialdemocratas formaram uma aliança para tentar

restabelecer as relações entre as organizações socialdemocratas.

Neste espectro, no âmbito das organizações juvenis socialistas, sob os auspícios das organizações suíça, italiana e sueca, realizou-se um congresso na cidade suíça de Berna, em abril de 1915, com a presença de 14 delegados representando 10 países.

O manifesto adotado pelo congresso exigiu o fim da guerra, declarou ser esta luta dever de todos os jovens socialistas que apoiavam os esforços de paz do movimento socialista internacional. Além disso, o Congresso saudou as tentativas feitas nos países beligerantes por grupos dos partidos socialistas com vistas à “retomada da luta de classes e [...] obrigar as classes dirigentes a negociar a paz”. Os presentes rebatizaram a União Internacional das Organizações Juvenis Socialistas como Centro Internacional das Organizações Juvenis Socialistas, elegeram uma nova direção, formando um novo secretariado, baseado em Zurique. Embora mantendo o princípio de autonomia das organizações nacionais juvenis, paradoxalmente conformou-se uma estrutura mais centralizada em relação ao padrão organizativo até então existente: um secretariado único, um periódico comum e o caráter imperativo das futuras decisões. Foi um evidente confronto com a política de guerra desenvolvida até então pela direção da IS.

A crescente mobilização antiguerreira das organizações socialistas juvenis nos países neutros alterou a relação de forças em favor de uma maior radicalização do movimento, transformando o Centro Internacional das Organizações Juvenis Socialistas em uma organização quase independente, com suas próprias atividades e políticas, cuja influência se estendeu a quase todas as organizações socialistas juvenis européias.

A idéia de agrupar os socialistas que criticaram a paralisia do movimento socialista internacional começou a ganhar corpo no movimento socialista como um todo. Logo depois, na mesma Suíça, em setembro daquele ano, no âmbito dos partidos socialdemocratas, ocorreria a Conferência de Zimmerwald, que também apontaria na mesma direção, a qual desembocaria na formação da Internacional Comunista, anos depois.

A Revolução Russa de 1917 e o fim da I Guerra deram uma força enorme às fileiras da esquerda que se

opuseram à direção da Internacional Socialista. Este foi um momento de inflexão na história do movimento das organizações juvenis socialistas:

Até 1914 o movimento juvenil socialista era essencialmente uma escola de aprendizagem para os partidos socialistas. Com o desencadeamento da guerra em numerosas federações independentes desenvolveu-se a adoção de políticas radicais. Quando o descontentamento de suas jovens bases converteu-se em oposição contra seus próprios partidos, os jovens líderes canalizaram o movimento para ações políticas que resultaram em uma violenta ruptura com aqueles partidos; uma ruptura que ficou como uma dos mais decisivos marcos da história contemporânea. (LUZA, 1970, p. 28)

Impulsionados pela vitória da Revolução Russa e pela criação, em Moscou, da III Internacional ou Internacional Comunista (IC), em março de 1919, os membros do Centro Internacional das Organizações Juvenis Socialistas realizaram seu primeiro congresso pós-Guerra em novembro de 1919, reunindo 14 organizações que representaram um total de 229.000 membros. O congresso, ocorrido clandestinamente em Berlim, decidiu transformar o Centro Internacional das Organizações Juvenis Socialistas em Internacional da Juventude Comunista (IJC), a qual se declarou parte integrante da IC. Ali foram consagrados os princípios da ditadura do proletariado, do poder soviético, do centralismo democrático e denunciou-se a democracia burguesa, os socialistas e seus movimentos de juventude, além de definir Berlim como sede de sua direção. No I Congresso da IJC as principais organizações juvenis socialistas, em bloco, aderiram ao comunismo e romperam com a IS. Firmou-se aí a compreensão de que a juventude tinha importante parte na luta política, pois a própria luta era a melhor medida da educação comunista, mas que nos “intervalos entre as barricadas havia momentos em que era preciso aproveitar em favor da consciência dos jovens combatentes”. Também se firmou a convicção de que o desenvolvimento físico tinha um papel importante nas organizações juvenis, devendo-se, no entanto, atentar para o perigo de sua degeneração em sociedades esportivas. Outra questão definida no I Congresso da

IJC foi a defesa das crianças contra o trabalho infantil. Também os congressistas concluíram que era preciso superar a separação entre o trabalho físico e o intelectual. Para tanto era preciso fazer-se uso dos comunistas de melhor formação entre a juventude proletária, e, além disso, era necessário romper com o monopólio que os jovens de melhor educação possuíam na questão do ensino com a integração dos jovens trabalhadores nesta discussão, marcando-se, portanto, um foco do movimento comunista pelo movimento estudantil (INTERNACIONAL, [1920], p. 16-21). Como destacaram Cornell e Kotek, o Congresso de fundação da IJC foi a culminância dos esforços da esquerda comunista na conquista da juventude internacional. Ela cobriu a criação da nova organização com o manto da legitimidade, com a passagem de uma organização existente e reconhecida para a esfera comunista, coisa que os comunistas não conseguiram realizar no âmbito dos partidos socialdemocratas, pois, por não terem como incorporar a IS, tiveram de criar a IC, dentro de um processo de fracionamento dos partidos socialistas (CORNELL, 1965, p. 21-22; KOTEK, 1998, p. 23).

No entanto, contrariando a tendência de centralização organizativa, o I Congresso da IJC rejeitou a idéia - enfaticamente defendida pelos delegados soviéticos - de subordinação formal à IC. No congresso de Berlim se estabeleceu um compromisso no sentido de que as organizações juvenis comunistas manteriam sua independência organizacional, agitativa e propagandística, mas se obrigariam a manter um estreito contato com os partidos comunistas e apoiar suas atividades.

Tal compromisso durou até o II Congresso da IJC, marcado para abril de 1921, em Iena, na Alemanha. Perturbado pela polícia alemã, de um lado, e pela recusa da seção soviética em participar de um congresso fora da URSS, o II Congresso não concluiu seus trabalhos e seus delegados acabaram decidindo concluí-lo em Moscou, em julho de 1921, logo após o encerramento do III Congresso da IC. Uma de suas principais resoluções foi a decisão de buscar transformar as seções juvenis comunistas em organizações de massa. Em Moscou foram feitas duras críticas contra os posicionamentos apresentados em Iena, em especial o que incitava a juventude a se preparar para a guerra

civil, caudatário dos adeptos do que se chamou à época de “ofensiva revolucionária”. Lênin e Trotsky intervieram no II Congresso da IJC para defender os novos ventos que circulavam na IC. Os tempos não eram mais de insurreição.

O III Congresso da IC, em 1921, foi aberto com um relatório de Leon Trotsky sobre a crise econômica mundial no qual se reconhecia que a revolução mundial já não era mais uma questão de dias, mas de anos. Novos fatores, como a introdução da Nova Política Econômica, as tentativas de restabelecer relações diplomáticas e comerciais com o mundo capitalista, a derrota da insurreição comunista de março de 1921 na Alemanha, a derrota do Exército Vermelho na Polônia fizeram com que o governo soviético buscasse uma “estratégia de retirada temporária”, como Trotsky a chamou em uma intervenção feita no II Congresso da IJC (TROTSKY, 1997, p. 308). No III Congresso da IC ficou claro que, antes da questão da tomada do poder, estava colocada, para os partidos comunistas, a conquista da maioria da classe operária e para isso se preconizava a tática da frente única, que se concretizaria por meio de uma ação comum, particularmente com a social-democracia, na luta pelos interesses imediatos do proletariado. A sua prática, no entanto, acabou sendo encarada apenas como um método de agitação e de mobilização das massas em um determinado momento. Como observou Paulo Sérgio Pinheiro, a partir do III Congresso operou-se uma mudança de caráter na IC, a qual deixaria de ser o “instrumento organizativo, político e ideológico da revolução mundial, mas o instrumento para administrar e disciplinar o movimento comunista na espera da revolução mundial” (PINHEIRO, 1992, p. 49). Características essas que serão ainda mais acentuadas nos congressos posteriores, quando, com a “bolchevização” dos partidos comunistas a partir do V Congresso, se inicia o processo de controle da facção de J. Stalin, em um primeiro momento sobre o Estado Soviético, depois sobre a IC.

Neste contexto, os jovens comunistas, em seu II Congresso, acabaram sancionando a resolução aprovada no III Congresso da IC que estabelecia o princípio de subordinação política das Juventudes aos Partidos Comunistas e da IJC à IC:

A Internacional da Juventude Comunista constitui um setor da Internacional

Comunista e como tal está subordinada às decisões de seu congresso e de sua Executiva. Dentro de tais limites executa seu trabalho e atua na qualidade de intermediária e intérprete da vontade política da Internacional Comunista em todas as seções desta última. Somente por meio de um intercâmbio constante e mútuo e uma estreita e contínua colaboração se pode assegurar um contínuo controle por parte da Internacional Comunista e um trabalho mais fecundo da Internacional da Juventude Comunista em todos os órgãos de sua atividade (direção do movimento, agitação, organização, fortalecimento e apoio das organizações da juventude comunista). (INTERNACIONAL COMUNISTA, 1977, p. 140)

Além disso, o II Congresso também decidiu transferir sua sede de Berlim para Moscou.

Sintomaticamente, todos os congressos da IJC – que iriam até o VI, realizado em 1935 - realizar-se-iam doravante logo após os da IC, refletindo o mais das vezes as demandas e políticas decididas pela IC. Em 1943, juntamente com o anúncio da dissolução da IC, em um ato caracterizado como de “boa vontade” em relação aos Aliados, também se estabeleceu o fim da IJC.

Na época da realização do II Congresso da IJC ocorria o processo final de constituição do Partido Comunista do Brasil (PCB), que acabaria fundado em março de 1922 como produto, de um lado, da fracassada experiência do movimento operário com a liderança dos anarquistas, durante o surto grevista de 1917-1919, e, de outro, da empolgação decorrente da vitória da Revolução Russa de 1917. Como os demais partidos comunistas criados naquela quadra, o PCB nasceu a partir de uma cisão ocorrida no interior da corrente revolucionária hegemônica no movimento operário brasileiro.

A excepcionalidade do partido brasileiro foi a de que seu núcleo originário veio das fileiras anarquistas, em um país em que as idéias comunistas ou social-democratas eram pouco conhecidas. Convertidos ao comunismo, os neófitos militantes

tinham diante de si enormes tarefas: superar sua própria herança anarquista e implementar uma nova política entre os trabalhadores brasileiros, política esta, destaque-se, concebida pela IC tendo em vista a experiência social-democrata européia, sem que, no entanto, houvesse nada historicamente semelhante a isto no Brasil. O novo partido logo buscou legitimar-se perante a Internacional Comunista, com o envio de um delegado ao IV Congresso da IC, realizado naquele mesmo ano de 1922. Todavia, a atuação do delegado enviado pelo jovem partido fez com que o reconhecimento somente ocorresse apenas no V Congresso da IC, realizado em 1924. No Congresso de 1924, conhecido como o da “bolchevização”, estabeleceram-se novas formas de organização para os PCs, burocratizando suas estruturas, em um processo que tinha como foco eliminar qualquer divergência em relação à orientação majoritária, resultando um enfraquecimento do regime de democracia interna no partido e um empobrecimento do debate teórico tanto no Comitê Executivo da IC como nas seções nacionais. Ficava claro que, em razão do parco interesse pelos chamados países coloniais, especialmente os da América Latina, tais alterações na orientação internacional não foram pensadas para a realidade da luta de classes no Brasil, palco de atuação do novo PCB. Todavia, é importante assinalar que justamente neste momento é que o jovem partido aderiu ao “exército da revolução mundial”, organicamente vinculado à IC, desenvolvendo-se sob sua perspectiva, sem qualquer possibilidade de recuo ao passado de discussões e de democracia partidária interna experimentada anteriormente.

Tal situação configurou um curioso quadro para o comunismo no Brasil. De um lado, longínquos e inatingíveis “modelos” (o PCUS e a IC) e, de outro, a tentativa de elaboração por parte do PCB de uma via que não contrariasse os ditames de Moscou, mas que fosse compatível com a realidade brasileira. O resultado foi um partido com enormes dificuldades, quase sempre beirando a impossibilidade, para transformar-se em um partido de massas.

Desde sua fundação o PCB tinha como meta a constituição de sua juventude, já definida em seu primeiro estatuto:

Art. 11º - É dever de cada centro organizar uma juventude comunista constituída por jovens

menores de 18 anos. Os que ultrapassem essa idade podem permanecer na juventude, com a obrigação, porém, de se filiarem diretamente ao Partido.

Art. 12º - As juventudes comunistas, para serem reconhecidas como tais, devem aceitar os princípios fundamentais do Partido e adotar estatutos concordes com os mesmos, sob o controle da Comissão Central Executiva e dos centros. Quanto aos demais, gozam da plena autonomia, quer no concernente à sua constituição interna como sobre a forma de desenvolver sua propaganda. (CARONE, 1982, p. 25)

No entanto, a seção juvenil somente foi efetiva e formalmente constituída cinco anos depois de sua fundação. Nos outros países latino-americanos a criação das Juventudes Comunistas também se fez lentamente. Até 1929, além do Brasil, haviam sido criadas seções juvenis na Argentina (1921), Uruguai (1923) e México (1925). Somente na Argentina havia uma tradição de organização juvenil originária do Partido Socialista e que remontava a 1912 (INTERNACIONAL COMUNISTA [1929], p. 349), nos demais países ela ocorreu a partir da existência dos partidos comunistas.

O universo de preocupações que se apresentava à Juventude Comunista do Brasil era bastante amplo. A começar pelo seu potencial público-alvo. Fazendo uso dos dados de Censo de 1º de setembro de 1920, os comunistas afirmavam que havia, em uma população total de 30.635.605 habitantes no Brasil, 1.789.876 jovens operários, dos quais 1.254.431 trabalhavam no interior do país, na produção de matérias-primas, na agricultura e nas minas. Mas, sem dúvida, as questões em torno das quais a Juventude Comunista pretendia ter como foco de atenção e atuação ampliavam em muito as que já eram postas ao PCB quando se ocupava do mundo do trabalho. A percepção do universo de intervenção e dos problemas da juventude operária que a Juventude Comunista apresentava mostra certa acurácia:

Existe um Código de Menores que legisla sobre a presença de menores em teatros, cinemas, crianças abandonadas, etc., contém

um capítulo sobre o trabalho dos jovens, capítulo que a burguesia “ignorava”. A legislação é ridícula porque embora limite o trabalho dos jovens nas fábricas a 6 horas, proíbe o trabalho de crianças, etc., ela (além de não ser cumprida) não se preocupa com os salários, não levando em conta que o emprego dos menores é a resultante da grande miséria que reina no proletariado. [...] A repressão patronal e policial, a debilidade do movimento sindical, a analfabetismo da maioria dos jovens operários, as dificuldades para as reuniões [...], a religião, o domínio completo do esporte burguês, um professorado corrompido pelo patriotismo e a religião. (SEMAUTOR. 1929, p. 24)

Até ali as diminutas forças do PCB não tinham sido capazes de abrir frentes de intervenção que fossem além dos sindicatos e da disputa pela hegemonia ideológica com os anarquistas no interior do movimento dos trabalhadores. As primeiras tentativas de organização da juventude ocorreram em 1924, mas a Juventude Comunista não conseguiu prosperar em razão de o PCB ter sido forçado a atuar na ilegalidade por conta da vigência de estado de sítio decorrente das rebeliões militares tenentistas (INTERNACIONAL, 1928, p. 230). Em 1925 quatorze jovens militantes organizaram-se, juntando-se a eles, no ano seguinte, outros treze. No início de 1927, só oito deles continuavam nas fileiras do PCB. Em 1926 existiam células de estudantes, cujos objetivos e atividades, no entanto, não eram entendidas como fazendo parte do trabalho de juventude. Tal assimilação ocorreu posteriormente (BASBAUM, 1976, p. 39).

Neste período, como indicador da percepção de que na sociedade brasileira a participação de juventude na política ultrapassava as fronteiras de esquerda, ocorreu o episódio de curta duração do Partido da Mocidade. Ele surgiu como expressão, de um lado, da consciência de determinados setores da elite política brasileira da exaustão da chamada “política dos governadores” e, de outro, da necessidade de uma “renovação” para que não se corressem os riscos de uma brusca interrupção de seu predomínio. Ele foi fundado em São Paulo no final de 1925, com o propósito de “regenerar a vida política” do País. Pretendia agrupar

eleitores com até 35 anos de idade “para forçar e abrir a porta que nos levará à conquista integral do nosso programa. Essa porta é o voto secreto”. Tal programa, expresso em seu manifesto, e retomando ideais do manifesto republicano de 1870, previa “purificação das práticas políticas nas esferas representativas”, despertar a “consciência cívica dos cidadãos”, favorecer e nacionalizar o ensino, “virilizar o povo e sanear a terra”, justiça ao alcance de todos, “organização das classes conservadoras e proletárias”, criação de caixas de aposentadoria e pensão para todos trabalhadores, proteção do cooperativismo e aproximação com os países da América Latina. Nunca é demais ressaltar, além de certo odor fascista, a similaridade de tal programa com o dos “tenentes”, que, na sua síntese “Representação e Justiça”, enfatizavam reformas políticas e jurídicas em suas propostas para a sociedade brasileira (PARTIDO, 1925, p. 8; cf. tb. DULLES, 1980, p. 250 (nota 102)).

O seu surgimento chegou a criar polêmicas nas fileiras comunistas, empolgando militantes que nele viram a possibilidade de aproximação com a pequena burguesia, orientação esta aprovada nas resoluções do II Congresso do PCB. Tal entusiasmo acabou em razão da reação da direção do PCB, expressa por seu secretário geral, Astrojildo Pereira. Este manifestou sua “opinião desfavorável a qualquer colaboração política” com o Partido da Mocidade. Justificava-a pelo fato de o Partido da Mocidade representar, na melhor das hipóteses, simplesmente “uma pura ilusão democrática e liberal”, e, sobretudo, pelo fato de ignorar as diferenças de classe:

Ele supõe – se é que o supõe – poder agrupar em seu seio, sem contradição nem antagonismo, a mocidade ‘burguesa’ e a mocidade ‘proletária’. Ilusão perigosa. Toda colaboração de classe resulta sempre, efetivamente, em ‘sujeição’ da classe operária à classe burguesa. Pois os seus ‘interesses’ são antagônicos. A ideologia? Mas a ideologia é, em seu mais íntimo substrato, ditada pelo interesse de classe. Isto é elementar e só os inimigos – fracos ou disfarçados – do proletariado procuram negá-lo. Mas sem êxito. (PEREIRA, 1926, p. 2)

Pereira alertava para o fato de que tais contradições levariam os “bons elementos” do Partido da Mocidade a um impasse: submissão ou cisão. Ele previu que tal situação resultaria na morte do Partido da Mocidade “como partido ‘somente’ dos ‘moços’, sem diferença de ‘classe’”. De fato, pouco tempo depois o partido deixaria de existir, pois parte significativa de seus membros entraria, em maio de 1926, para o Partido Democrático de São Paulo, fundado em fevereiro daquele ano (CASALECCHI, 1987, p. 173 (nota95)), e que não criou nenhuma seção de juventude em suas fileiras.

Em fins de 1926, o até então responsável, na direção do PCB, pela Juventude Comunista, o vassoureiro Luís Peres, afastou-se do cargo, deixando o Rio de Janeiro por razões pessoais. Este fato motivou a Comissão Central Executiva (CCE) do PCB a buscar a efetiva organização da Juventude Comunista nos mesmos moldes em que existia em outros países, superando o estágio inorgânico que até então tivera o trabalho entre os jovens. Para tanto se fez uma “experiência-piloto” em Recife, onde o memorialista, em férias de seu curso de Medicina, iria rever sua família. Ali, durante dois meses, Basbaum, fazendo uso do futebol como elemento de agregação, reuniu mais de 20 jovens e organizou o primeiro Comitê Regional da futura Juventude Comunista (BASBAUM, 1976, p. 42-44).

Após seu retorno, em abril de 1927, Basbaum foi incorporado à CCE, com direito a voz e voto, como representante da Juventude Comunista. Basbaum dividiu suas tarefas de direção da Juventude com os estudantes universitários Leôncio Basbaum, Manuel Karacik e Francisco Mangabeira, que buscaram logo contatar a IJC. Aproveitando-se do curto período de semilegalidade ocorrido nos oito primeiros meses de 1927, fez-se, sobretudo pelas páginas do diário oficial do PCB, *A Nação*, agitação em favor da organização da Juventude Comunista e em suas páginas publicaram-se fichas de inscrição para a organização juvenil. Tais fichas lhe renderam cerca de uma centena de militantes e permitiram o agrupamento reunir de cerca de 120 militantes, organizados em células no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Santos, São Paulo, Sertãozinho, Ribeirão Preto, Vitória, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Tal atividade apressou a fundação da Federação da

Juventude Comunista do Brasil (FJCB), ocorrida no dia 1º de Agosto de 1927, que marcou também as comemorações do Dia Internacional da Juventude e, ao mesmo tempo, Dia Internacional da Luta contra a Guerra. A reunião ocorreu na sede da União dos Trabalhadores Gráficos do Rio de Janeiro e escolheu a nova direção. Sua composição, como recorda Basbaum, era de cerca de 90% de jovens operários, que tinham idades entre 15 e 19 anos (BASBAUM, 1976, p. 46-47). Ali também se decidiu o início da publicação de seu órgão oficial, *O Jovem Proletário*, que inicialmente era mimeografado e cuja publicação durou até meados dos anos 1930, com periodicidade irregular.

Assim eram descritas a vida e as ações da Juventude Comunista pelo seu principal dirigente:

Nossa ação se limitava a recrutar jovens nas fábricas e nas empresas ou no comércio, e mesmo nas escolas superiores, naquela faixa de idade, mantê-los unidos em torno de atrações de toda ordem, como esportes, teatro, festinhas, piqueniques, fazer propaganda de nossas idéias marxistas e prepará-los para serem bons comunistas. A tarefa não era fácil, pois tínhamos jovens de todos os graus de cultura, desde semi-analfabetos até estudantes de curso superior, estes em pequena minoria. Adotamos a mesma organização do Partido, com células e Comitês Regionais, nos estados. Pelos meados de 1928 já tínhamos organizações regionais no Rio, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Estado do Rio. (BASBAUM, 1976, p. 47)

Em razão da constatação de que a Juventude Comunista tornara-se uma organização com sinais de solidez, decidiu-se enviar um delegado, Leôncio Basbaum, ao V Congresso da IJC, em 1928, onde, então, se formalizaria a filiação da FJCB como sua seção brasileira. Ali Basbaum, sob o pseudônimo de Pereira, apresentou um breve, porém causticante, relatório sobre a situação da juventude do Brasil e da seção brasileira da KIM (BASBAUM, 1976, p. 60; BASBAUM, 1928).

Neste relatório, feito durante em sessão plenária do Congresso, ocorrida a 6 de setembro de 1928,

Basbaum afirmou aos seus camaradas que pretendia revelar o Brasil à Internacional da Juventude Comunista como fora feito pouco antes por Paulo de Lacerda durante os trabalhos do VI Congresso da Internacional Comunista. Basbaum afirmou que a “efervescência revolucionária que agita naquele momento o país, os capitais ingleses e americanos convertidos, o grande mercado de 37.000.000 de habitantes e oito milhões e meio de quilômetros quadrados que representa, fazem aumentar sua importância internacional do ponto de vista econômico e político” (BASBAUM, 1928, p. 1).

Em seguida, traçou um panorama político e organizativo da juventude brasileira. Destacou que, daquela população, 2,5 milhões eram de jovens trabalhadores que trabalhavam, desde os oito anos – numa burla à legislação que proibia o trabalho para menos de 14 anos –, e dos quais menos de 1% eram sindicalizados e muitos menos, sem citar números neste caso, pertenciam à Juventude Comunista. Este enorme exército de reserva do capitalismo produzia, narrou Basbaum, situações como a de um sindicato de trabalhadores gráficos que tinha em seus estatutos consignada a diretiva de combater os jovens trabalhadores, pois tomavam seus postos de trabalho. O delegado brasileiro afirmou aos seus camaradas da Internacional da Juventude Comunista que não havia organizações burguesas de jovens operários, nem organizações operárias de jovens reformistas. Basbaum disse que os jovens operários eram indiferentes à política, apenas se preocupavam com o futebol – pelo menos 80% deles, estimava o jovem comunista brasileiro –, mas se fossem despertados, seriam comunistas. Todavia, alertou para o fato de que a burguesia começava a atentar para as crianças operárias e os pequenos grupos de escoteiros católicos – que estimava serem uma pequena cifra, pois não eram muitos os que podiam comprar os equipamentos e as roupas necessários para participar de tais grupos. Afirmava ainda que cerca de 40% dos jovens trabalhadores integravam sociedades religiosas.

Basbaum, a seguir, passou a criticar tanto o PCB como o Secretariado Sul-Americano da IJC por nada terem feito em favor da Juventude Comunista do Brasil. No caso do partido, Basbaum afirmou que, enquanto a Juventude esteve nas mãos do partido, ela nada avançou. No entanto, quando ela passou aos jovens,

foram constituídas células e foi editado *O Jovem Proletário*, apesar da ilegalidade. A Juventude, inclusive, ajudou o Partido: participando das campanhas eleitorais, trabalhando nos seu jornal, distribuindo seus documentos nas portas de fábrica, fazendo cursos de formação para os operários militantes do PCB. Em maio de 1928, quando *O Jovem Proletário* já tinha uma tiragem de 10.000 exemplares, a Juventude decidiu suspender sua publicação para ajudar financeiramente o órgão do PCB, *A Classe Operária*. Apesar disso, a Juventude seguia incompreendida pelo PCB.

O jovem delegado brasileiro demonstrava o descaso de que eram vítimas os jovens comunistas brasileiros ao exemplificar com uma série de episódios nos quais o Secretariado comunicava erroneamente a organização de eventos, como a Semana dos Jovens Trabalhadores ou o 20º aniversário da Conferência de Stuttgart, fazendo com que eles ocorressem no Brasil antes das datas realmente deliberadas. Basbaum perguntava, sarcasticamente, se os jovens comunistas eram mais avançados que os dos outros países e concluía, furioso, que eles viviam completamente afastados da IJC, a qual, por sua vez, não prestava suficiente atenção ao Brasil e à América Latina. Talvez, especulava, porque a nova organização fosse pequena. Mas, afirmava, exalando o radicalismo do chamado “terceiro período” canonizado no VI Congresso da IC, que a IJC não deveria apenas avaliar suas seções pelo seu número de militantes, mas, sim, “considerar a situação pré-revolucionária que se respira por todos os cantos das colônias e semicolônias” e deveria ir ao encontro das juventudes desses países e não esperar ser buscada.

Basbaum afirmou que a IJC somente olhava para algumas seções européias. Os seus métodos de agitação e de propaganda exigiam muito dinheiro, coisa que pequenas seções não possuíam. Censurava a IJC por tais métodos:

Nunca se deve esquecer que somos, antes de tudo, uma organização de luta econômica e política; e, em segundo lugar, que estes métodos pouco adiantam em organizações ilegais, não apenas pelas dificuldades que

tais métodos apresentam, mas também porque a psicologia dos jovens trabalhadores das federações ilegais é muito diferente e, ousamos dizer, mais bolcheviques que os jovens das federações legais. (BASBAUM, 1928, p. 90-91)

Por fim, depois de esclarecer que no Brasil se falava português, Basbaum afirmava que a IJC deveria prestar mais atenção às federações dos países latino-americanos, aos países coloniais e semicoloniais, seja na imprensa, seja pelo aporte de recursos econômicos, ou pela sua importância do ponto de vista das perspectivas revolucionárias e concluía, sem pronunciar a palavra “trotskista”, que se devia combater uma guerra sem quartel contra frações existentes em algumas das seções da IJC, as quais são “inimigos piores que os mais hábeis social-democratas, que os chefes mais reacionários, porque são inimigos dentro de nós mesmos, parasitas que vivem em nossas fileiras, impedindo seu desenvolvimento” (BASBAUM, 1928, p. 92).

O III Congresso do PCB, ocorrido de 29 de dezembro de 1928 a 4 de janeiro de 1929, realizado após o retorno de Basbaum ao Brasil, dedicou uma de suas resoluções à Juventude Comunista. Nela afirmava-se que a Juventude, que poderia abrigar militantes de até 23 anos, seria uma organização auxiliar do PCB, constituindo-se como uma reserva do partido e de grande importância na “preparação de militantes, teórica e prática”. Sua situação especial era justificada como resultado da idéia de que os jovens possuíam “uma mentalidade diferente da dos adultos”, com métodos e trabalhos diferentes. Suas normas de trabalho eram concretizadas nas palavras “luta, educação, distração”. Isto explicava sua organização diferenciada, “embora sob o controle político do Partido”, pois era este que efetivamente dirigia o movimento de emancipação da classe trabalhadora. A resolução, por fim, delimitava seu espectro de atuação: “luta antiimperialista, luta antimilitarista, organizações esportivas, camponesas, etc.”

Logo em seguida, de 5 a 7 de janeiro de 1929, a Federação da Juventude Comunista do Brasil (FJCB) realizou seu primeiro congresso, no qual se reuniram 17 delegados, além de três enviados pelo PCB e um pelo Secretariado, representando organizações do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, que representavam 25 células, das quais 15 estavam localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Neste congresso, além dos relatos sobre o congresso da IJC e da IC, foram apresentados relatórios das delegações presentes e discutidas questões referentes ao esporte, organizações de massa, sindicatos, trabalho antiimperialista, antimilitarista e os perigos de guerra. As suas principais resoluções foram assim sintetizadas por Basbaum:

Esse Congresso da juventude resolveu ainda intensificar nossa atividade nos setores recreativos e culturais, dando maior atenção ao Centro de Jovens Proletários, já fundado e que congregava jovens de todas as tendências, com fins esportivos e culturais. Ele já nos havia trazido excelentes rapazes e moças para a JC. Também havíamos decidido esforçar-nos junto aos sindicatos para a criação de departamentos juvenis, a fim de atrair para eles os operários mais jovens. (BASBAUM, 1976, p. 64)

Coetânea à fundação da FCJB instalara-se um processo de radicalização esquerdista na Internacional Comunista, estabelecido no seu VI Congresso, que atingiu todas as suas seções. Como nos relata o historiador Stephen Cohen, biógrafo de Bukharin:

O “terceiro período”³ foi redefinido para indicar o fim da estabilização capitalista, o recrudescimento da militância proletária e a certeza de que surgiriam contextos revolucionários no Ocidente. Como principal inimigo, foram apontados os partidos

³ O primeiro - de 1917 a 1923 - fora considerado pela Internacional Comunista como o de crise do capitalismo e ascensão revolucionária; o segundo - de 1923 a 1927 - fora o de estabilização parcial do capitalismo; e o terceiro, iniciado em 1927, seria o de uma estabilização relativa do capitalismo em que ocorreria uma ascensão da economia capitalista, ao lado de um novo crescimento das formas socialistas da economia na URSS, a qual levaria a uma quebra da estabilização capitalista e a uma agravamento da crise geral do capitalismo.

socialistas – ou melhor, os reformistas em geral – considerados inapelavelmente “fascistas”. O expurgo dos moderados do Comintern assumiu proporções mais amplas, e os partidos comunistas estrangeiros foram instruídos a romper todos os laços com os movimentos social-democratas, denunciá-los o caráter de “social-fascismo”, e criar sindicatos que se opusessem a eles – em suma, cindir o movimento operário europeu. Desse modo começou a malfadada trajetória do Comintern para o extremismo. (COHEN, 1990, p. 372)

As orientações esquerdistas da IC - implementadas, na América Latina, a partir da realização da I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, realizada em junho de 1929 e com a vinda de “assistentes” trazidos de Moscou e que “dirigiam o trabalho cotidiano a golpes de ‘cartas abertas’ e de decretos” (BROUÉ, 2007, p. 625) - na primeira metade dos anos 1930 redundaram, no caso brasileiro, no afastamento de praticamente toda a direção que havia fundado o partido, além de uma orientação extremamente sectária. Nesta época, a política dos comunistas brasileiros orientou-se na criação de sindicatos hegemonizados pelos comunistas, os chamados “sindicatos vermelhos”, e na busca de “insurreições armadas”. No campo internacional, o resultado mais desastroso dessa nova orientação política foi, sem dúvida alguma, propiciar a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, em razão da recusa de realizar uma frente com a social-democracia.

Pouco tempo depois, em 1932, em uma resolução do Secretariado Sul-Americano da IJC sobre o Brasil, em meio a críticas de que a FCJB tinha uma vida puramente interna, resultado de uma política sectária, novos campos de ação, além dos antes aqui já enunciados, foram ali formulados: criação de um movimento infantil, trabalho entre índios e negros e entre as mulheres (INTERNACIONAL [1932], p. 15-35).

Com a confusão criada dentro das fileiras comunistas em função da percepção de que a orientação esquerdista que vigorara até então, com a ascensão dos nazistas, os estava isolando do movimento operário – obviamente no Brasil este

processo foi mais lento do que na Europa – levou a IC rumo à política conhecida como de “frente popular”, na qual - ao estabelecer como o principal inimigo o fascismo e não mais o capitalismo – buscou ampliar seu arco de alianças além do campo operário e socialista. A partir de então os comunistas irão aplicar tais orientações, de modo errático – pois tais posições somente tomaram forma oficial apenas no VII Congresso da IC, em 1935 -, que acabaram por dar às suas organizações um caráter mais amplo. No caso da FCJB serão criadas organizações com esse caráter e impulsionadas iniciativas como a da realização do Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular, além de ocorrer uma inflexão no seu foco atuação, que passou a dar uma maior ênfase maior ao trabalho entre os estudantes universitários. A idéia era que este congresso ocorresse em fins de julho ou no início de agosto de 1935 e que dele resultasse a formação de uma organização juvenil nacional, nos mesmos moldes do que ocorrera na Europa, com a criação de organizações nacionais de “frente”, nas quais a Internacional da Juventude Comunista tivera papel de relevância em sua criação, como o Conselho Mundial da Juventude e o Congresso Mundial da Juventude (BOULOQUE, 2004, p. 9; KOTEK, 1948, *passim*).

No relatório datado de 6 de junho de 1935, enviado à Internacional da Juventude Comunista, o encarregado da Comissão Nacional de Organização, informava que a iniciativa do Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular, decidida em dezembro de 1934 no 1º Ativo de Concentração Nacional da Federação da Juventude Comunista do Brasil, somente começou a ser posta em prática em março de 1935. Segundo o relatório, tal iniciativa, embora gozasse de simpatia entre os jovens brasileiros, encontrou muitas dificuldades nas fileiras da Juventude Comunista. Tais obstáculos seriam os seguintes:

Uma falta de experiência na realização do trabalho de massas, e ligado a isto, uma resistência sistemática, especialmente por parte dos elementos mais antigos, à realização deste trabalho, que se manifesta, ou pela não realização das tarefas traçadas, ou pela subestimação do trabalho do Congresso, só vendo o trabalho interno de nossa

organização em função de coisa nenhuma.
(WILCHER, Relatório 6/6/1935, p. 1)

A resistência referida neste informe evidencia a dificuldade na aplicação de uma nova orientação, a qual, como destacou Sylvain Bouloque para o caso francês, era muito freqüente que elas fossem aplicadas com a antecedência de alguns meses na Juventude em relação ao Partido para que o experimento tivesse já certa materialidade por ocasião do início de sua efetiva aplicação (BOULOQUE, 2004, p. 18).

Em 1935, através do mencionado relatório, embora houvesse ali apenas dados parciais – somente há referência ao número de militantes para o Rio de Janeiro (139 militantes), São Paulo (129 militantes) e Recife (52) -, pode-se ter uma idéia dos campos de atuação para os quais se voltava a Juventude Comunista do Brasil. Além das tradicionais comissões de organização, de agitação e propaganda e de finanças, encontravam-se nas regiões (a divisão estadual da Juventude Comunista) comissões, chamadas no Brasil de Zonas, de trabalhadores têxteis, estudantes, esportes e sindicais (que agrupava outras categorias além dos têxteis), mulheres e os chamados pioneiros. Isto, ressalte-se, no Rio de Janeiro, que era classificado como “a posição mais forte” da Juventude Comunista do Brasil. Se compararmos com os campos de atuação das Juventudes Comunistas da França - organização, antimilitarista, finanças, jovens sindicalizados, camponeses, agitação e propaganda, *Avant Garde* (o semanário das Juventudes), esportiva, estudantes, grupos de crianças, pioneiros e Jovem Guarda antifascista/Frente Vermelha (BOULOQUE, 2004, p.8)-, é facilmente perceptível o pequeno volume de atividades. Naturalmente, a ilegalidade a que estavam submetidos os comunistas brasileiros pode ser uma razoável explicação para este déficit organizativo. Além disso, o que mais chama a atenção aqui é a ausência de menção à questão do trabalho antimilitar da FCJB, que sequer é tratado neste relatório de atividades.

Poucos meses depois, o secretário geral da Federação da Juventude Comunista Brasileira, o marceneiro Valdivino Barbosa Loureiro, deu um informe sobre a organização no VI Congresso da IJC, em sessão realizada em 29 de setembro de 1935, em Moscou. Nele caracterizava a FCJB como uma organização em que o

sectarismo a impedia de transformar-se em uma organização juvenil de massa. Tal sectarismo tinha sua origem na forma como estava organizada: um partido de jovens, em que se adotavam os mesmos métodos de trabalho e formas de organização do PCB. Isto a impedia de compreender que era uma “organização política de educação da juventude brasileira” e, conseqüentemente, contatar “largas massas juvenis, e dar amplas formas de organização aos jovens sem partido para que junto com estas massas possamos educá-las no espírito da luta de classe” (LOUREIRO, 1935, p. 1). A isto, de acordo com Loureiro, se juntava a incompreensão do caráter da revolução no Brasil – pelo qual se deveria lutar pela busca de alianças com vários setores para a instauração de um “governo popular nacional-revolucionário” –, ampliando ainda mais seu isolamento. O secretário-geral da FJCB também, neste quadro, não eximia de responsabilidade o próprio PCB, cujo sectarismo – como já o afirmara Paulo de Lacerda durante os trabalhos do VII Congresso da IC - tendia a exagerar a força do proletariado urbano e o nível da lutas sociais e enfatizar a via da clandestinidade em face da política de “frente popular” (DEL ROIO, 1990, p. 276), transformava a organização juvenil em um “apêndice do Partido”.

Apesar deste quadro, o secretário-geral da FJCB procurou mostrar aos seus camaradas reunidos em Moscou que havia uma situação no Brasil que possibilitaria uma saída para aquele impasse.

Loureiro afirmou que o país vivia em um quadro de extrema miséria e que atingia os jovens trabalhadores: longas jornadas de trabalho, redução de salários, salários diferenciados para jovens e adultos nas mesmas funções, castigos corporais no campo, fechamento de escolas, aumento dos preços de materiais escolares, aumento das tarifas de transporte, proibição de organização, proibição aos jovens de votar e de ser votado, militarização das escolas, organização dos tiros de guerra, etc. Tal quadro criava um desalento na juventude, do qual buscaram se aproveitar os integralistas e a Igreja Católica para organizá-la em torno de seus projetos, criando suas organizações juvenis. Aqui é importante recordar o informe dado pelo antigo responsável da Juventude no congresso anterior, em 1928, quando se informara que não existiam significativas organizações de juventude afora a dos

comunistas. Nestes sete anos decorridos entre 1928 e 1935 ficava assim evidenciada, nos dois informes pronunciados nos V e VI Congressos da IJC, a importância que a juventude ganhara na cena política brasileira.

Por outro lado, o secretário da FJCB afirmou que os movimentos grevistas ocorridos em 1934 e 1935 tiveram grande participação da juventude. Apesar disso, somente o PCB conseguiu crescer como consequência dessa mobilização, enquanto a Juventude Comunista não teve um crescimento equivalente, não passando seus efetivos de 1.500 membros – compare-se, aliás, este número com os fornecidos acima pelo relatório do encarregado da Comissão Nacional de Organização para perceber-se um exagero nesta cifra fornecida por Loureiro. Ao surto grevista, o secretário-geral da FJCB acrescenta o surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que também teria demonstrado a “rápida politização e o desejo de luta da juventude”. Nas mobilizações da Aliança teriam participado dezenas de milhares de jovens e nessa organização foram criados núcleos juvenis nas fábricas, escolas, sindicatos, bairros, etc. Às greves e à criação da ANL, Loureiro acrescentou as mobilizações provocadas pelo assassinato do militante da FJCB Tobias Warchaviski, que teria sido assassinado pela polícia⁴. Tal situação, acompanhada pela “melhor linguagem com que nos dirigimos aos jovens integralistas, mostrando o caráter reacionário e imperialista de seus chefes” (LOUREIRO, 1935, p. 6), fez com que houvesse uma debandada na juventude integralista, que passaram às dezenas às fileiras aliancistas. Tal quadro levou a uma nova situação, que o secretário-geral da FJCB assim explicou:

A organização dessa ampla frente nacional libertadora e a participação nesta organização das amplas camadas de várias tendências da juventude, demonstrava na prática que a J.C. não podia continuar como grupos sectários isolados destas massas juvenis, portanto estava praticamente planteado [*sic*] a necessidade de nova forma de organização,

novos métodos de trabalho, que pudessem agrupar os milhões de jovens de todo o país, em defesa de seus direitos (saúde, cultura e liberdade). E nossos camaradas, embora com debilidade e incompreensão de como começar esta difícil tarefa, como utilizar as possibilidades legais que oferecia o movimento nacional libertador, eles se atiraram nesta luta começando pela preparação da organização de um congresso nacional da juventude brasileira de onde deverá sair a nova organização nacional da juventude. (LOUREIRO, 1935, p. 7)

A seguir, Loureiro passou a narrar as medidas de organização para o Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular e vários episódios ocorridos durante os trabalhos de organização dos congressos estaduais que antecederiam o Congresso nacional, que acabou não acontecendo em decorrência da decretação da ilegalidade da ANL. O Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular, enfim, coroaria, na visão de Loureiro as grandes linhas traçadas em Moscou no VII Congresso da IC e no VI Congresso da IJC no sentido da constituição de uma frente popular antifascista e seria o elemento de superação do sectarismo da FJCB:

Com grandes êxitos, camaradas, já iniciamos esta tarefa. Compete-nos agora corrigir nossos erros e debilidades anteriores, e dar amplas e variadas formas de organização de base desta nova organização que se pretende continuar: chamar à luta pelos direitos da nova geração brasileira, a todos os jovens e suas organizações que não estão aderidos ao congresso. A condição semicolonial e semifeudal de nosso país favorece nele a organização de uma frente única juvenil de mais larga amplitude, visto como a luta atual do povo brasileiro contra as imposições do imperialismo e a reação terrorista interessa

⁴ Dos arquivos do Serviço de Ligações Internacionais da IC, que não integram os do RGASPI, surgiram informações de que, na verdade, Warchaviski, teria sido assassinado a mando do próprio PCB, sob a alegação de que teria provocado a prisão de um dirigente do partido (WAACK, 1993, p. 297).

não só aos milhões de jovens operários, camponeses e pequeno-burgueses, como ainda a própria juventude burguesa nacional-reformista e democrata. (LOUREIRO, 1935, p. 10)

Neste quadro, Loureiro passou a detalhar como deveria ser a nova organização saída do Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular. Ela deveria ser “uma organização juvenil popular que reúna todos os jovens de todas as tendências políticas ou religiosas que desejem a liberdade, o progresso, o bem-estar e a cultura da juventude e que queiram lutar contra a escravidão da pátria pelo imperialismo” (LOUREIRO, 1935, p. 10-11). Enfatizava que não se deveria esquecer o trabalho entre os jovens recrutados para o serviço militar e os jovens militares e nem o trabalho entre a juventude feminina. E reconhecia um crônico problema do PCB: a quase inexistente organização entre os camponeses. Mas quando Loureiro passa a detalhar sua estrutura organizativa, percebe-se que ele está tateando um território desconhecido. Nesse momento, ele afirma que, para não ter a estrutura que a FJCB até então mantinha, a nova organização deveria repousar sobre clubes esportivos, recreativos, culturais dentro de escolas, fábricas, fazendas, bairros, quartéis, clubes, sindicatos. Nessa nova organização os comunistas seriam uma das forças existentes, buscando conquistar os membros das outras forças para a revolução:

Os comunistas devem saber empurrar a massa de jovens e suas organizações aderidas à nova Federação à luta por suas reivindicações mais sentidas, à luta contra a reação, o imperialismo e pelas liberdades democráticas, aparecendo dentro dela como os mais dedicados e corajosos defensores dos direitos da nova geração. Devíamos fazer a Federação organizar cursos e escolas de capacitação dos seus quadros, escolas e clubes de esporte e de leitura, conferências instrutivas, festivais, etc. Devemos mudar nossa linguagem, aprender a falar às camadas juvenis menos avançadas, sem ferir seus sentimentos religiosos, seus preconceitos, etc. Em terceiro lugar, penso que as atuais

células e seções juvenis comunistas devem se transformar em organizações de base a que me referi, e dentro destas organizações se deve realizar o trabalho de educação desta juventude contra o imperialismo, o fascismo e pela paz, reforçando assim o sentimento internacionalista da juventude. (LOUREIRO, 1935, p. 12-13)

Fica perceptível aqui que o secretário-geral da FJCB não consegue ver com clareza o futuro dessa nova organização e o que ele aponta como novas formas, na verdade, já eram, aqui e ali, práticas usuais da juventude comunista.

De qualquer forma, com o “putsch” comunista de 1935, sequer estas políticas puderam ter o desenvolvimento e a influência que tiveram na Europa e na América (KOTEK; 1998, LEWIS, 2007). A via insurrecional adotada pelo PCB acabou levando a uma inflexão esquerdista que resultou nas fracassadas rebeliões militares de Natal, Recife e Rio de Janeiro. Este quadro manteve o sectarismo característico e levou ao isolamento, que se combinou com uma intensa perseguição por parte do governo brasileiro e de suas forças de repressão.

O estigma de sectária da FCJB levou à sua dissolução em 1937 (O.T., 1937, p. 3), para ser anexada ao PCB como Bureau da Juventude. Sua dissolução havia-se justificado à época pelo sectarismo que tomava a organização, que a impediu de organizar a juventude antifascista e não apenas comunista, e pelos supostos mesmos fins de ambos e que não justificavam a existência de dois organismos. No entanto, aquela modificação não surtiu efeitos:

O Bureau Juvenil, como solução proposta para orientar os trabalhos de massa que deveriam surgir, fracassou por se realizar a sua atividade com a dispersão de base (células) e tendo apenas perspectivas de cúpula e ainda com o agravante de perder a grande finalidade da J.C. que é a de preparar quadros comunistas. Ainda na análise desses trabalhos de massa que o Bureau Juvenil levantou, nota-se o quanto foram

efêmeros e quanto teve de imediatista essa orientação. A par disso, essa diretiva facilitou a alguns elementos de origem não proletária a sua decaída no oportunismo burocrático, gerado pelo reformismo dos trabalhos legais, criados pelo Bureau Juvenil, bem como ficou impedido o recrutamento de novos elementos, por não sentirem esses, nos organismos legais da mocidade, o revolucionarismo que eles procuravam em um organismo comunista. (SEM AUTOR. A F.J.C.B. ..., 1938, p. 3)

Em meio a uma luta fracional no PCB, uma das duas alas envolvidas, o Comitê Central Provisório, em São Paulo particularmente, havia conquistado praticamente todo o setor de juventude e via a necessidade de incrementar os trabalhos da juventude por meio de um programa voltado para a “cultura popular ampla, [a] proteção à recreação e ao esporte dos jovens”, além da preparação de futuros quadros. Por isso, aliado ao fato de que necessitava ampliação de sua influência e crescimento orgânico, o CCP resolveu incentivar um trabalho mais firme entre a juventude e reconstituiu a FJCB em 1938 (KAREPOVS, 2003, p. 330-331). No entanto, como resultado do recrudescimento da repressão contra os comunistas após a instauração da ditadura varguista do Estado Novo, o PCB entrou em estágio letárgico, do qual somente daria sinais de recuperação por ocasião da entrada do Brasil ao lado das forças aliadas em meio à II Guerra Mundial.

Desde seu aparecimento, através dos informes enviados à IJC, é possível acompanhar a evolução quantitativa da militância da FJCB (ARNALDO; 1993, BASBAUM [1929]; SEM AUTOR. Informe..., 1934, WILCHER), 1935. Quando Leôncio Basbaum parte para participar do V Congresso da IJC em Moscou, em junho de 1928, a FJCB tinha 60 militantes. Em janeiro de 1929, por ocasião da realização de seu primeiro congresso, a Juventude Comunista do Brasil já havia dobrado seu número de militantes passando para 120. Em outubro desse mesmo ano, os jovens militantes comunistas quase haviam triplicado e passado para 300. Nesta época, Basbaum assinalou em um relatório enviado à IJC que a FJCB possuía a seguinte composição social:

85% dos seus membros eram operários industriais, 5% eram de trabalhadores do campo e camponeses, 5% de empregados no comércio e 5% eram de estudantes.

No período seguinte os dados são mais detalhados, mas se introduz uma categoria que, em nossa opinião tende a mascarar, para cima, os números. Trata-se da distinção entre aderentes e ativos, sendo o primeiro o dos que se filiaram à FJCB. No entanto, como os comunistas sempre enfatizaram a militância como a situação de efetivo vínculo com a organização, o segundo índice – ativos – tende a indicar realmente o número de militantes, enquanto o primeiro serve para inflar estatísticas. Assim, em janeiro de 1930 a FJCB tinha 630 aderentes, dos quais 375 eram ativos. Eles estavam divididos em 67 células de ruas, 24 de empresas e 5 células agrícolas. Doze meses depois, o número de aderentes sobre para 820 e o de militantes ativos tem um significativo crescimento para 618, dividindo-se eles em 65 células de rua, 46 células de empresa e 19 células agrícolas. Em julho de 1932, os aderentes eram 700, os ativos 433, dividindo-se eles em 70 células de rua, 31 células de empresa e em 10 células agrícolas. Por fim, esta série de números se encerra em dezembro de 1932, quando a FJCB possuía 565 aderentes, dos quais 310 eram ativos, dividindo-se eles em 62 células de rua, 16 células de empresa e em 8 células agrícolas. Durante este período a FJCB passara a ter militantes de 10 para 14 regiões do Brasil. Tal crescimento assim se efetivara: Em janeiro de 1930 a FJCB tinha 10 regiões (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Campos, Vitória, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Pará). Em janeiro de 1931 acrescentaram-se as regiões de Minas Gerais, Alagoas e Maranhão. Em julho de 1932, por fim, acrescentou-se a região do Paraná. O relatório informava que em dezembro de 1932 a composição social do FJCB era a seguinte: 20% de grandes empresas, 30% de desempregados, 8% de operários agrícolas, 20% de pequenas fábricas e oficinas, 10% de empregados do comércio e estudantes e 12% tinham empregos diversos.

Por volta de julho de 1934 a FJCB tinha 520 membros ativos e mais cerca de 600 chamados agora de “desgarrados” e no relatório relativo a este período são apenas informados dados relativos às regiões do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Campos. Os dados referentes a Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia,

Paraíba, Maranhão, Rio Grande do Sul, Pará e Ceará não são fornecidos, dizendo-se que trabalhavam ligados aos respectivos Comitês Regionais do PCB, mas que ainda a FJCB não tinha conseguido “estreita ligação”.

Já em 1935 não encontramos números sequer confiáveis. Em um relatório feito no VI Congresso da IJC, em setembro de 1935, o secretário-geral da FJCB informava que haveria perto de 1.500 militantes. No entanto, ao se examinarem os dados fornecidos em junho desse mesmo ano, pela Comissão de Organização, em que se detalham apenas dados de algumas regiões (Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia e Espírito Santo) percebe-se que o número de 1.500 é algo irreal. No relatório da Comissão de Organização somos informados da existência de células da FJCB em Belém, São Luiz, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Vitória, São Paulo, Santos, Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre. Os contatos com Maceió e Paraíba eram feitos por intermédio de Recife, os com Amaração por São Luiz e os com Mossoró, por Natal. Se examinarmos os dados de militantes do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, que até ali sempre tinham respondido por cerca de 50% dos efetivos da FJCB, veremos que elas correspondem a um total de 320 filiados às fileiras juvenis comunistas. Não é possível acreditar-se que perto de mil militantes estariam em regiões com as quais a FJCB tinha contatos precários ou simplesmente os havia perdido. Com referência à composição social, um dado interessante salta à vista. Embora relativos ao Rio de Janeiro, tido como a sua “posição mais forte”, somos informados que de suas cinco zonas, três são sindicais (têxteis, com 16 militantes, e duas com várias categorias, com 46 militantes), uma é esportiva (com 33 militantes) e uma estudantil (com 42 militantes). Aqui dois dados chamam a atenção: o grande volume de militantes envolvidos com esportes e o de estudantes. Mas é este último, em especial, que aponta uma tendência que se acelerará ao longo do tempo, que é a de ocupação cada vez mais elevada

de espaço nas fileiras da Juventude Comunista, até o ponto de hoje estabelecer-se um sinal de igualdade entre juventude e estudantes, sobrepondo-se as reivindicações e problemas destes ao do movimento de juventude.

Aqui temos um elenco de questões que estão a merecer um exame mais aprofundado por parte dos pesquisadores que têm como tema a juventude, mas que, raramente, vão além dos anos 1950. Sem dúvida, o mais notável deles é o fato de que coube ao movimento dos trabalhadores dar forma organizativa às demandas e interesses desse segmento da sociedade brasileira, a juventude. Evidentemente, pelo aqui já visto, como resultado da combinação da inexperiência, das bruscas mudanças de orientação da IC, das alterações na conjuntura política brasileira e, sobretudo, da incipiência da organização dos trabalhadores e da pequena cultura organizativa daí decorrente, os jovens comunistas brasileiros colocaram ao seu tempo uma série de questões para as quais nem eles nem a sociedade brasileira foram capazes de dar respostas naquela época. Muitas delas somente foram elaboradas vários anos depois, ou outras, como as relações entre as juventudes e seus respectivos partidos⁵, ainda seguem sem resposta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNALDO. Informe da Federação Juvenil Comunista do Brasil apresentado pelo camarada Arnaldo no Secretariado da América do Sul e do Caribe do Comitê Executivo da I.J.C. em 24 de Março de 1933 [RGASPI 533 10 607].

BASBAUM, Leôncio (sob o pseudônimo de PEREIRA). Informe ao 5º Congresso da Internacional da Juventude Comunista. Moscou, 1928. [Arquivo do Estado Russo de História Social e Política (Rossiiskii Gosudarstvennii Arkhiv Sotsialnoi i Politicheskoi Issledovanii – RGASPI) 533 1 123.]

BASBAUM, Leôncio. Relatório geral da Federação da Juventude Comunista do Brasil. Rio de Janeiro, [1929]. [RGASPI 533 10 602].

⁵ Recentemente, em maio de 2008, realizou-se o I Congresso da Juventude do Partido dos Trabalhadores. Nas discussões realizadas ao fim desse evento, no qual a juventude ganhou um novo estatuto organizacional dentro do PT – quando passou de setorial a secretaria -, um dos aspectos ressaltados foi o da questão da autonomia. Em um boletim do Diretório Regional de São Paulo [“Contraponto: Qual o grau de autonomia que a juventude do PT deve ter?”. *Linha Direta*. São Paulo, Ano 17, nº 667, maio/junho de 2008, p. 10-11] foi publicado um debate em que três dirigentes da Juventude do PT, cada um com sua nuance, defendiam graus de autonomia da organização em relação ao partido.

- BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- BOULOQUE, Sylvain. Les Jeunesses communistes: structures, organization, implantation 1920-1938. *Communisme*. Paris, n° 76/77, 4° trim. 2003-1° trim. 2004.
- BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista, 1919-1943* (vol. 1). São Paulo: Sundermann, 2007.
- CARONE, Edgard. *O P.C.B. (1922-1943)* (vol. 1). São Paulo: Difel, 1982.
- CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COHEN, Stephen. *Bukharin, uma biografia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- CORNELL, Richard. *Youth and Communism. An Historical Analysis of International Communist Youth Movements*. New York: Walker, 1965.
- DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa - A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- INTERNACIONAL COMUNISTA. Resolución sobre la Internacional comunista y el movimiento de la juventud comunista. *Los cuatro primeros congresos de la Internacional Comunista* (vol. 2). 2ª ed. México (DF): Pasado y Presente, 1977.
- INTERNACIONAL COMUNISTA. Secretariado Sul-Americano. *El movimiento revolucionario latino-americano*. Buenos Aires: La Correspondencia Sudamericana, [1929].
- INTERNACIONAL DA JUVENTUDE COMUNISTA. *A short history of the Young Communist International*. Londres: Young Communist League, [1929].
- INTERNACIONAL DA JUVENTUDE COMUNISTA. *Report of the first international congress held at Berlin from the 20-29th of November 1919. Contains manifesto, programme and a report of the actual stand of the Y.C.I.* Glasgow - Londres: Int. Proletarian School Movement – Young Communist League, [1920].
- INTERNACIONAL DA JUVENTUDE COMUNISTA. *The Young Communist International between the Fourth and Fifth Congresses, 1924-1928*. Londres: Communist Party of Great Britain, 1928.
- INTERNACIONAL DA JUVENTUDE COMUNISTA. Bureau Sudamericano de la Internacional Juvenil Comunista. *Resoluciones del III Pleno del Secretariado Sudamericano de la Internacional Juvenil Comunista*. Buenos Aires: Ediciones Interjuv, [1932].
- KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec – Editora UNESP, 2003.
- KOTEK, Joël. *La jeune garde. Entre KGB et CIA. La jeunesse mondiale, enjeu des relations internationales 1917-1989*. Paris: Seuil, 1998.
- LEWIS, Joel A. *Youth against fascism: Young communists in Britain and the United States, 1919-1939*. Saarbrücken: Dr. Muller, 2007.
- LOUREIRO, Valdivino Barbosa (sob o pseudônimo de MARQUES). *Informe do c. Marques no VI Congresso da IJC.a. 1935*. Moscou, 1935 [RGASPI, 495 29 88].
- LUZA, Radomir. *History of the International Socialist Youth Movement*. Leyden: A.W. Sijthoff, 1970.
- MARTINS, Ivan Pedro de. *A flecha e o alvo: A Intentona de 1935*. Porto Alegre: Movimento, 1994.
- PARTIDO DA MOCIDADE. Manifesto do Partido da Mocidade: À Nação. *Folha da Manhã*. São Paulo, 20/11/1925.
- O. T. O desaparecimento da F.J.C.B. e o problema da unidade da mocidade brasileira. *A Classe Operária*, São Paulo, n° 199, fev. 1937.
- PEREIRA, Astrojildo. O Partido da Mocidade e a Coligação Operária. *Commercio de Santos*. Santos, 06/03/1926.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão - A Revolução Mundial e o Brasil (1922-1935)*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SEMAUTOR. A.F.J.C.B. em face da situação política - Suas tarefas. *A Classe Operária*. São Paulo, n° 208, jan. 1938.
- SEMAUTOR. Informe sobre a Federação da Juventude Comunista e da juventude trabalhadora. S.I., [1934]. [RGASPI 533 10 608].

SEM AUTOR. La organización juvenil comunista. *Correspondência Juvenil Latino Americana*. Buenos Aires, nº 1, jan. 1929.

TROTSKY, Leon. Report on “The Balance Sheet” of the Third Congress of the Communist International (Delivered at the Second Congress of the Communist Youth International, July 14, 1921). *The First Five Years*

of the Communist International (vol. 1). 2ª ed. New York: Monad Press, 1977.

WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WILCHER, Mário (sob o pseudônimo de PAULO). Relatório do CC da F.J.C.B. (Seção da I.J.C.). Rio de Janeiro, 6/6/1935 [RGASPI 495 17 94].